



History of Education in Latin America - HistELA

Esta obra está licenciada sob [Creative Commons — Atribuição 4.0 Internacional — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Vestígios de um passado: Grupo Escolar Joaquim Nabuco e a escolarização em Caruaru-PE (1922-1945)

Traces of a Past: Joaquim Nabuco School Group and Schooling in Caruaru-PE (1922–1945)

Renata Barbosa Ferreira Neto

Orcid: 0009-0004-4461-4810

Programa de Pós-Graduação Educação, Universidade de Pernambuco (UPE), Nazaré da Mata, Brasil, Email: renata.bfneto@upe.br

Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Orcid: 0000-0002-2634-1474

Programa de Pós-Graduação Educação, Universidade de Pernambuco (UPE), Nazaré da Mata, Brasil, Email: virginia.avila@upe.br

DOI: 10.21680/2596-0113.2026v9n1ID44513

Citação: Ferreira Neto, Renata, Ávila, Virginia Pereira da Silva de. (2023). Vestígios de um passado: Grupo Escolar Joaquim Nabuco e a escolarização em Caruaru-PE (1922-1945). *History of Education in Latin America - HistELA*, 9(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/44513>

Conflito de interesses: As autoras afirmam não possuir interesses concorrentes.

Editora: Olivia Moraes de Medeiros Neta

Recebido: 02/07/2026

Aprovado: 03/10/2026

OPEN ACCESS

Resumo

Este trabalho analisa os vestígios da criação do Grupo Escolar Joaquim Nabuco, em Caruaru, no período de 1922 a 1945. A delimitação temporal abrange desde o ano de sua criação até o ano da demolição do seu prédio. A metodologia baseou-se na análise documental de fontes escritas, incluindo jornais, leis, decretos, mensagens de governo e fotografias. O estudo insere-se no campo da História e da Historiografia da Educação, com ênfase na história das instituições. A ausência de ações de

valorização da história e da memória do primeiro grupo escolar da cidade, contribuiu para o seu esquecimento como patrimônio histórico-educativo e símbolo da educação republicana no interior de Pernambuco. Os resultados mostraram que a história da instituição está diretamente ligada ao processo de modernização urbana, cultural e educacional da cidade.

Palavras-chave: Grupo Escolar Joaquim Nabuco. Caruaru. História da Educação. Instituições escolares. Patrimônio histórico-educativo.

Abstract

This work analyses the traces of Joaquim Nabuco 's School Group in Caruaru, from 1922 to 1945. The temporal scope extends from the year of its creation to the year its building was demolished. The methodology was based on the documental analysis of written sources, including journals, laws, decrees, governmental messages and photographs. The study is inserted in the field of history and historiography of education, with emphasis on the history of institutions. The lack of actions promoting the appreciation of the history and memory of the city's first scholar group contributed to its fading into oblivion as a symbol of republican education in Pernambuco's countryside. The results showed that the institution's history is tightly linked to the urban, cultural and educational modernization of the city.

Keywords: Joaquim Nabuco Educational Group. Caruaru. Historiography of Education. Educational Institutions. Historical and educational heritage.

Introdução

O Grupo Escolar Joaquim Nabuco, localizado na cidade de Caruaru, Pernambuco, foi criado pelo decreto 220 de 11 de maio de 1922 (Arantes, 2014). Ficou conhecido com esse nome entre os anos de 1922 e 1945, mas a construção do edifício remonta ao ano de 1896, quando foi criada uma escola estadual. Um edifício construído de acordo com os padrões republicanos, com uma estrutura imponente, no centro da cidade, cuja organização administrativa e pedagógica orientava-se pelos preceitos da modernização educacional do período.

Como observa Souza (1998), as construções desses primeiros grupos escolares foram marcadas pela suntuosidade, capacidade de agrupamento pelas divisões de salas e por uma organização administrativa e pedagógica. Segundo a autora, a escola graduada de ensino primário surgiu, pela primeira vez, no estado de São Paulo, na década de 1890.

Os processos de instalação desses grupos escolares ocorreram em diferentes momentos no início da Primeira República. Conforme afirma Faria Filho (2000), em Minas Gerais, a instalação dos primeiros grupos escolares ocorreu na capital, Belo Horizonte, a partir de 1906. Esse movimento representava uma “afirmação do moderno em educação”, substituindo o antigo modelo de escolas isoladas. Em Pernambuco, os atos de criação ocorreram a partir de 1922 (Arantes, 2014).

Outro aspecto importante é o fato de que alguns prédios escolares foram construídos antes mesmo da criação dos Grupos Escolares. Eles atenderam as primeiras Escolas e, posteriormente, foram alteradas as nomenclaturas para Grupo Escolar. De acordo com Ermel e Bittencourt Almeida (2025), na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande

do Sul, no ano de 1922, foi entregue um edifício para a Escola Complementar. Ao longo de sua trajetória, passou por alterações em denominação, sendo posteriormente chamada de Escola Elementar Paula Soares e, em 1939, transformada em Grupo Escolar Paula Soares.

Com a passagem de um regime político para outro, buscou-se o caminho para a chamada modernização e progresso nacional. A escola passou a ser vista como expressão e instrumento dessa modernidade, tanto do ponto de vista social quanto cultural (Saviani, 2008; Souza, 1998). O novo estilo de vida provocou grandes mudanças na relação entre o meio rural e urbano, com repercussões no tipo de ensino que será oferecido nas escolas rurais e urbanas (Ávila, 2015).

Para Ávila e Souza (2014),

A modernização da instrução pública envolveu vários aspectos institucionais e pedagógicos, como a construção de vários edifícios escolares suntuosos e monumentais, a ampliação dos currículos, com a introdução de disciplinas científicas, a produção de cartilhas e manuais didáticos, a compra de mobiliário e materiais escolares e a renovação dos métodos e processos de ensino, com a adoção do método intuitivo e do método analítico para o ensino da leitura (p. 11).

Os republicanos atribuíram um papel estratégico à educação, e os grupos escolares passaram a representar essa política de valorização da escola pública, ao mesmo tempo em que davam visibilidade à atuação do Estado, funcionando como instrumento de propaganda do regime republicano (Souza, 2004).

Neste texto apresentam-se os resultados da pesquisa que analisou os vestígios da criação do Grupo Escolar Joaquim Nabuco. O estudo justifica-se pela lacuna na historiografia da educação pernambucana e brasileira no que se refere à implantação das primeiras escolas primárias na transição do século XIX para o século XX, no município de Caruaru. O recorte temporal abrange o ano de sua criação, em 1922, até a demolição do prédio, em 1945.

Metodologia

No que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos, a investigação situa-se no campo da História e Historiografia da Educação, baseada nos estudos da História da Cultura, segundo Le Goff (1990) e da História das Instituições, tendo como referência os estudos de Magalhães (2004).

A metodologia consistiu na análise documental e bibliográfica. As fontes utilizadas foram jornais, documentos oficiais, fotografias, entre outros registros. De acordo com D'Assunção Barros (2020, p. 8), fonte histórica é “[...] tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente”. Para o autor, as fontes históricas podem ser compreendidas como resíduos, como vestígios deixados pelos seres humanos que atravessam o tempo por meio de diversos caminhos e chegam ao tempo presente.

Ainda sobre o uso de jornais como fontes históricas, D'Assunção Barros (2021, p. 398) argumenta que são, ao mesmo tempo, meio de comunicação e informação; depois se transformam em fontes para os historiadores. Eles são capazes de oferecer “[...] inúmeras informações, discursos e indícios para a análise das sociedades que os produzem e dos meios nos quais eles circulam”. Para isso, o historiador deve estar atento às informações que as fontes revelam sobre determinado objeto, formulando questões que orientem a construção da investigação.

Nesse sentido, foram consultados jornais da cidade e do estado, alguns dos quais como o *Diário de Pernambuco* (1825) e o *Jornal do Recife* (1919), podem ser consultados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. No Arquivo Público Estadual, no Recife, foram localizados diversos jornais que circularam em Caruaru, entre eles, *Aveloz*, *Cinco de Novembro*, *O Caruaruense* e *União*. Na cidade foram consultados o *Jornal Vanguarda* (1932) e o arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação – CEPED da extinta Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA, disponível na biblioteca do Instituto de Teologia de Caruaru – ITEC. Além desses, foram consultadas as atas legislativas no Arquivo da Câmara de Vereadores de Caruaru.

As informações extraídas dos jornais foram confrontadas com documentos oficiais (leis e decretos), buscando estabelecer nexos entre essas fontes, o que possibilitou uma análise mais aprofundada da história do Grupo Escolar Joaquim Nabuco.

Resultados e Discussão

O Grupo Escolar Joaquim Nabuco localizava-se no centro da Praça Sérgio Loreto (hoje Praça Presidente Getúlio Vargas, conhecida como Praça do Rosário), tendo aos fundos a primitiva Capela do Rosário, e funcionou com essa denominação entre 1922 e 1945. Ferreira e Miranda (2012) assinalam que a localização do GE estadual “[...] era dentro daquela praça, que já recebeu o nome de Conselheiro Rosa e Silva, Governador Sérgio Loreto, Presidente João Pessoa, Presidente Getúlio Vargas [...]” (p. 125).

O decreto de criação do GE determinava que o ensino seria organizado em quatro classes seriadas, funcionando em dois turnos e com um limite máximo de cinquenta alunos por professor. Além disso, previa a admissão de estudantes aprovados em exames escritos e orais nas Escolas Normais do Estado (O Dr. Governador do Estado..., 1922).

Nesse período, segundo o *Anuário Estatístico de Pernambuco* (1927), o município de Caruaru tinha uma população aproximada de 61.603 habitantes, e 2.101 alunos matriculados nas escolas da cidade, sendo que apenas 1.026, em média, frequentavam as aulas. Ainda de acordo com o Anuário o GE Joaquim Nabuco era o único na cidade, com 4 cadeiras e 252 alunos matriculados, porém a frequência era de aproximadamente 155 alunos em média. Sobre as primeiras nomeações para compor o quadro de funcionários do GE, foram encontrados registros no jornal *Diário de Pernambuco* em 1º de julho de 1922, nomeando Antônio Gerson Eustáquio Guaraná como diretor, e no dia 21 do mesmo mês, a nomeação de Armando Benigno do Carmo, para o cargo de zelador. Essas nomeações ocorreram pouco tempo pouco depois da publicação do decreto estadual que criou a instituição.

A década de 1920 foi marcada no Brasil por intensos debates e reivindicações em torno do número insuficiente de escolas de ensino primário, bem como pela defesa da laicização do ensino e da modernização dos métodos pedagógicos (Nunes; Machado; Souza, 2021). Essas demandas estavam associadas à tentativa de estruturar um sistema educacional capaz de responder às expectativas de formação cívica e de promoção do progresso social da população.

De acordo com Arantes (2014), cerca de dez grupos escolares foram criados em Pernambuco em 1922, marcando o início da expansão desse modelo educacional no estado. Entre eles estavam o Grupo Escolar Martins Júnior; o Grupo Escolar João Barbalho; o Grupo Escolar Marciel Pinheiro e o Grupo Escolar Silva Jardim, instalados em Recife, capital do Estado. Além desses, outros seis foram criados no interior do

estado: o Grupo Escolar Maciel Monteiro, em Nazareth, Grupo Escolar José Bezerra, em Palmares, Grupo Escolar Correntes, em Correntes, Grupo Escolar Herculano Bandeira, em Pau d'Alho, Grupo Escolar Severino Pinheiro, em Garanhuns e Grupo Escolar Joaquim Nabuco, em Caruaru.

Em São Paulo, por exemplo, os grupos escolares foram criados em 1893 e, ao longo da Primeira República, foram implantados em outros estados brasileiros como no Rio de Janeiro (1897); no Maranhão e no Paraná (1903); em Minas Gerais (1906); na Bahia (1908); no Rio Grande do Norte, no Espírito Santo e em Santa Catarina (1908); no Mato Grosso (1910); em Sergipe (1911); na Paraíba (1916); e no Piauí (1922), (Souza,1998). Esse modelo de organização do ensino primário foi extinto em 1971, com a promulgação da Lei nº 5.692 de 11/08/1971¹.

Em mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, por ocasião da 4ª sessão da 12ª legislatura, o governador do estado de Pernambuco, Estácio de Albuquerque Coimbra, menciona, no Ato nº 8, de 12 de janeiro de 1927, um novo regulamento para o ensino primário, com o objetivo de aprimorar sua organização, especialmente no que se refere ao provimento e à localização das escolas. A mensagem apresenta o número de escolas primárias em funcionamento em 1927, indicando um aumento em relação ao ano anterior, 1926, passando de 448 para 497 unidades, o que representa um acréscimo de 49 escolas. As escolas funcionavam, em sua maioria, de maneira isolada ou em Grupos Escolares, que totalizavam apenas 16.

Convém destacar ainda uma notícia publicada em 17 de março de 1929 referente à distribuição de mobiliários para escolas de quatro cidades: Vila Bela, Belmonte, Caruaru e Custódia. O GE Joaquim Nabuco recebeu 30 carteiras duplas (Mobiliário..., 1929). Enquanto algumas escolas receberam o mobiliário completo, composto por carteiras duplas, bureau, cadeira e quadro, outras receberam apenas alguns itens isolados, como é o caso do Grupo Escolar Joaquim Nabuco, que recebeu 30 carteiras duplas. Esse quadro sugere a existência de diferentes necessidades ou prioridades locais. Também é possível inferir que, nesse período, as ações da Secretaria da Indústria e Negócios Interiores se centraram na expansão e na infraestrutura física das escolas.

Por outro lado, a reduzida oferta de Grupos Escolares na área urbana da capital do estado, Recife, representou um atraso para Pernambuco em relação aos demais estados do país. Essa insatisfação foi expressa em um memorando enviado pela diretora Helena Pugó, do Grupo Escolar João Barbalho, localizado na cidade do Recife, em 20 de dezembro de 1924, dirigido ao professor e inspetor escolar Deoclécio Cesar de M. Lima. Na avaliação da diretora “[...] em Pernambuco havia algo diferente do que acontecia nos demais estados do nosso país. Não havia escola reunida, nem grupo escolar na capital, enquanto no interior havia, algo inadmissível, segundo ela” (Arantes, 2019, p. 607). De acordo com a diretora, na capital pernambucana se vivia uma realidade “anômala”.

Entre os professores que passaram pelo Grupo Escolar Joaquim Nabuco, uma se destacou, trata-se da professora Luzia Belmira Monteiro de Azevedo, mais conhecida como professora Sinhazinha. Em 1929, a professora Luzia foi designada para dirigir o Grupo Escolar Joaquim Nabuco (figura 1), por influência do então prefeito Cel. Leocácio Porto, a nomeação de diretores foi publicada no 22 de janeiro daquele ano no jornal *A Província*, na seção “Repartições estaduais”.

Figura 1: Nomeação da diretora Luiza Belmira



Fonte: *Jornal A Provincia* (1929).

Como professora e diretora do GE, a professora Sinhazinha organizou e participou de diversos eventos, feiras de ciências e exposições de trabalhos manuais. Dentre eles, uma premiação recebida pelo GE Joaquim Nabuco em evento, fato este noticiado no Diário de Pernambuco, na edição do dia 26 de outubro de 1937. A matéria anuncia a inauguração da feira de agricultura organizada pela Escola Rural Alberto Torres, onde os Grupos escolares do Estado de Pernambuco apresentaram trabalhos manuais voltados às técnicas agrícolas. Naquele momento, foram conferidas medalhas de Ouro, Prata e Bronze. Entre as escolas premiadas com as medalhas de Ouro, estava o Grupo Escolar Joaquim Nabuco de Caruaru, sob a direção da professora Luzia Belmira (Sinhazinha). Ela também se destacou na política tornando-se a primeira vereadora eleita na cidade.

Embora existam outros registros de professores/as e diretores/as para o GE, nenhum deles recebeu tanta atenção da imprensa quanto a professora Sinhazinha.

Na década de 1940, período que marca o encerramento das atividades do Grupo Escolar Joaquim Nabuco, o *Anuário Estatístico de Pernambuco* (1940) traz dados sobre o ensino primário em Caruaru, distribuído entre três esferas administrativas: estadual, municipal e particular. A rede municipal se sobressaía pela predominância, com 78 das 112 escolas existentes. A rede estadual, por sua vez, contava com apenas seis unidades escolares, entre as quais apenas um grupo escolar, já a rede particular somava 28 escolas. Esses dados demonstram a concentração da oferta do ensino na esfera municipal e menor presença do Estado.

O número total de estudantes matriculados era de 6.087, distribuídos entre as redes municipal (4.406), particular (1.177) e estadual (504). Embora a rede municipal concentre o maior número de estudantes, esses dados devem ser analisados considerando sua maior abrangência.

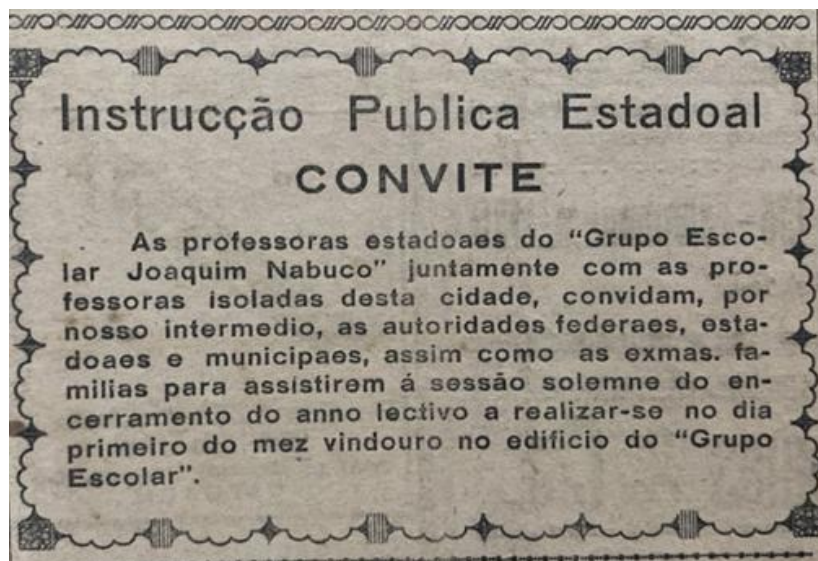
Festividades

Os jornais noticiavam eventos, ocasiões festivas, momentos cívicos, festas de encerramento de ano letivo e festivais realizados no GE Joaquim Nabuco. Exemplo disso eram as festas da Independência ou da Proclamação da República realizadas em seu entorno, nas quais se enalteciam os valores cívicos e o amor à pátria.

Durante a República, a escola primária assumiu um papel central na difusão de valores políticos, por meio de ritos, cerimônias e celebrações cívicas “[...] momentos de integração e de consagração de valores – o culto à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes” (Souza, 1998, p. 259).

No *Jornal de Caruaru*, publicado em 30 de novembro de 1929, localizamos um convite para o encerramento do ano letivo, intitulado “Instrução Pública Estadual: Convite”, indicando uma prática comum de realização de sessões solenes para marcar o fim do ano letivo e enaltecer os estudantes do Grupo Escolar (Instrução..., 1929).

Figura 2: Convite para encerramento do ano letivo de 1929



Fonte: *Jornal de Caruaru*, 30 de novembro de 1929, p. 1.

Essas atividades de encerramento do ano letivo (figura 2) simbolizavam um momento importante para a divulgação das ações do Grupo Escolar Joaquim Nabuco, que por meio das sessões solenes, mostrava à sociedade caruaruense as mudanças no ensino e o progresso que vinha sendo gradualmente construído.

De acordo com Carvalho (1989),

Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo devia ser dado a ver, de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o progresso que a República instaurava (p. 25).

As solenidades do GE também eram divulgadas no *Diário de Pernambuco*. Em 01 de dezembro de 1936, consta uma notícia sobre o encerramento das aulas dos diversos cursos da cidade, com destaque para o Grupo Escolar Joaquim Nabuco, que promoveu festividades de conclusão do ano letivo, com a participação de alunos e familiares, além da realização de uma exposição de trabalhos manuais. Segundo Souza (1998), nos grupos escolares essas ocasiões eram marcadas por exposições escolares, comemorações cívicas, desfiles, exames finais e festividades.

Além das datas comemorativas, como a Proclamação da República ou a Independência do Brasil, o GE promovia outros eventos de caráter celebrativo e administrativo. Em 1º de outubro de 1935 o jornal *Diário da Manhã*, informa o

afastamento da então diretora do Grupo Escolar Joaquim Nabuco, a professora Luzia Belmira Monteiro (Professora Sinhazinha), para se candidatar ao cargo de vereadora da cidade. Infere-se que sua atuação no exercício nessa função conferiu maior notoriedade ao Grupo Escolar, e consequentemente reconhecimento de suas ações educativas no cenário local.

No *Diário Oficial* de 1944, consta a nomeação de uma professora substituta para atuar na cadeira n.15 do GE, Maria Dalva Galdino, que substituiu Perpetua Lins Brainer Rangel. Assim como essas profissionais, outras também são mencionadas, mas não voltam a ser localizadas em registros posteriores, o que pode indicar vínculos temporários ou alta rotatividade no corpo docente. Nesse mesmo período, o *Jornal Vanguarda* publicado em 7 de maio de 1944, noticiou uma cerimônia realizada no Grupo Escolar Joaquim Nabuco, em comemoração ao aniversário do Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas. Na ocasião, foi inaugurada uma biblioteca escolar que recebeu o nome do chefe de Estado, reforçando a ideia de nacionalismo.

A construção do novo prédio e da nova escola

As primeiras notícias identificadas na imprensa local sobre a venda do terreno onde se situava o Grupo Escolar Joaquim Nabuco indicam que a área seria adquirida por um particular, com a finalidade de construir um posto de lubrificação. Pode-se dizer que, diante da iminência dessa negociação, aliada ao crescimento demográfico da cidade, a construção de um novo prédio escolar se apresentou como uma alternativa necessária.

Em dia 16 de julho de 1944, o *Jornal Vanguarda* anunciava o nome do novo Grupo Escolar em construção, que seria o Grupo Escolar Professor Vicente da Silva Monteiro.

Ecoou com grande simpatia em a nossa cidade o ato do Exmo. Sr. Interventor Federal, dando o nome de Vicente da Silva Monteiro, ao Grupo Escolar em construção à rua Júlio de Mélo. Esse ato do dr. Agamenon Magalhães foi um gesto de justiça, visto tratar-se tão de uma homenagem à figura de um velho educador de tão tradicional família caruaruense [...] (*Jornal Vanguarda*, 1944).

A venda do terreno do Grupo Escolar Joaquim Nabuco esteve relacionada ao processo de modernização da cidade, que, naquele período, passava por transformações em sua infraestrutura urbana e em seu setor comercial. Na década de 1940, a maioria das cidades do interior de Pernambuco tinha uma infraestrutura precária, além da insuficiência de abastecimento e armazenamento de combustíveis. Um exemplo desse processo pode ser observado em Caruaru, onde, em 1945, ainda não existiam postos de combustíveis. Na época, os combustíveis eram armazenados em locais inadequados e acondicionados em vasilhames. É provável que a inauguração da Ponte do Rosário, ao criar uma saída para o Recife além da Rua Capitão Dé, despertou no Governo Municipal a necessidade de reorganizar e modernizar aquele espaço, tornando-o mais adequado ao fluxo de pessoas e transportes. Caruaru nessa época, já tinha uma grande feira instalada no centro da cidade, ocupando várias ruas, incluindo as proximidades da Praça do Rosário. A área do GE teria sido vendida a um particular para a construção de um posto de lavagem de automóveis, inclusive por preço aviltado, como foi noticiado no *Jornal Diário de Pernambuco*, em 25 de julho de 1945.

Figura 3: Venda do Terreno do Grupo Escolar Joaquim Nabuco

Negócios da Prefeitura de Caruarú Um terreno de cem cruzeiros entregue apenas por vinte Escrevem-nos de Caruarú reclamando maior interesse das autoridades pela coisa pública naquele município. Informa que recentemente foi vendido um terreno com dois mil metros quadrados, na praça do Rosário, onde se construiu um posto para lavagem de automóvel em pleno coração da cidade. A transação foi feita por vinte mil cruzeiros, quando o terreno vale muito mais — cerca de cem mil cruzeiros. Estranha que o negócio tenha se processado às escondidas e que se dê tão pouco valor aos terrenos públicos, patrimônio popular, numa cidade em que tudo está supervalorizado. Adianta que somente a iniciativa particular está atualmente se interessando pelo progresso de Caruarú, onde a população vive sem luz, sem água encanada nem esgotos; com as ruas esburacadas e inteiramente entregues ao abandono.	Escrevem-nos de Caruarú reclamando maior interesses das autoridades pela coisa pública naquele município. Informa que recentemente foi vendido um terreno com dois mil metros quadrados, na praça do Rosário, onde se construiu um posto para lavagem de automóvel em pleno coração da cidade. A transação foi feita por vinte mil cruzeiros, quando o terreno vale muito mais — cerca de cem mil cruzeiros. Estranha que o negócio tenha se processado às escondidas e que se dê tão pouco valor aos terrenos públicos, patrimônio popular, numa cidade em que tudo está supervalorizado. Adianta que somente a iniciativa particular está atualmente se interessando pelo progresso de Caruarú, onde a população vive sem luz, sem água encanada nem esgotos; com as ruas esburacadas e inteiramente entregues ao abandono.
---	--

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 1945, p. 9.

Segundo o jornal *A Defesa*, essa proposta não satisfazia os anseios da população que preferia ter nesse espaço um local de lazer, como jardim. A notícia traz elementos importantes, revelando um conflito. Por um lado, a expansão econômica e comercial e, por outro, a defesa de espaços públicos destinados ao lazer na cidade.

[...] se espera o aproveitamento da praça do Rosário para um logradouro digno do progresso de nossa cidade, onde a população pudesse passear aos domingos, vemos, para breve, a construção de um prédio que não condiz com o local nem tampouco com os anseios do povo. Nesse velho Parque João Pessoa, que atualmente se encontra em estado de decrepitude, poderíamos ter um belo jardim, que desse vida à cidade, uma vez que não possuímos nenhuma praça importante (*A Defesa*, 1945, p. 1).

Considerando que a inauguração da nova matriz do Rosário ocorreu em 1947, presume-se que a comunidade católica local pretendia transformar aquele espaço público em um ambiente de convivência comunitária e eventos ao ar livre. O fato é que apesar de haver críticas nos jornais, prevaleceu o desejo do governo local. Os protestos mencionados nos jornais não foram suficientes para barrar a demolição do prédio do Grupo Escolar.

Ainda em 1945, nos atos do governo estadual sobre o novo GE, foi publicado no *Diário de Pernambuco* uma nomeação de um funcionário para compor o quadro funcional, sendo transferido Amaro Soares de Lima, que ocupava o cargo de jardineiro padrão B na Escola Rural Alberto Torres, na Capital, para atuar como zelador de igual padrão no Grupo Escolar Professor Vicente Monteiro, da sede do município de Caruaru. (Sr. Secretário Geral do Estado..., 1945).

Figura 4: Fotografia dos fundos do GE Joaquim Nabuco (1945)



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública de Caruaru (2024).

A fotografia (figura 4) foi possivelmente tirada do alto da torre da atual Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em construção nesse período (inaugurada em 1947). O Grupo Escolar Joaquim Nabuco ficava localizado, no centro da Praça Sérgio Loreto, conhecida atualmente como praça do Rosário. Em frente ao Grupo Escolar, é possível observar um princípio de construção com tijolos, que possivelmente serviria para a construção de um posto de combustíveis que substituirá o prédio do GE. Ao fundo, as pequenas torres da Igreja da Conceição, à direita a fachada do Palácio do Bispo ladeado pela antiga Catedral de Nossa Senhoras das Dores, construída em 1848 e demolida na década de 1960 (Lima, 2016). Na parte superior, o ‘morro’, que, com a construção da Capela do Bom Jesus, passou a ser chamado de Monte do Bom Jesus (na época ainda sem a ocupação humana observada atualmente). Quanto ao uso da fotografia como fonte de pesquisa, Kossoy (2007), afirma que: “[...] a característica ontológica da fotografia é a de registrar o aparente, elaborar a aparência, cumprindo assim o seu papel de representação: assim se constroem realidades – a partir da aparência” (Kossoy, 2007, p. 155).

Em 21 de outubro de 1945, as novas instalações do Grupo Escolar Vicente Monteiro foram inauguradas, iniciando suas atividades no início do ano letivo de 1946. O nome é em homenagem ao professor Vicente da Silva Monteiro que nasceu em São Caetano em 05 de setembro de 1858, diplomou-se em Recife pela Escola Normal, sendo inicialmente nomeado professor para o município de Brejo da Madre de Deus - PE. Posteriormente foi transferido para Caruaru, onde lecionou na Escola Estadual. Era poeta, conferencista membro da diretoria do “Club Litterario Caruaruense”, presidente da União Caixeiral, flautista, um dos fundadores da banda “Comercial”, de cuja associação foi seu primeiro presidente. Faleceu em 07 de fevereiro de 1920 e em 1929 recebeu uma homenagem do GE Joaquim Nabuco com a Caixinha Vicente Monteiro, que funcionava como uma assistência aos estudantes mais pobres (*Jornal Caruaru*, 1929). Vicente Monteiro era tio da professora Sinhazinha.

O prédio do GE Vicente Monteiro foi construído praticamente no mesmo quadrante habitacional, onde estava do GE Joaquim Nabuco, aproximadamente 440 metros de distância. O novo espaço absorveu os estudantes do GE Joaquim Nabuco, assim como outros estudantes daquela mesma região. Outro fato importante é que o terreno foi doado pelo Cel. José de Vasconcelos (fundador da antiga Fábrica Caroá). Essa

fábrica foi fundada no ano de 1935 e era responsável pelo beneficiamento do algodão, para a fabricação de tecido, sacos de estopa, barbantes, entre outros derivados.

A fábrica fez parte do impulso econômico e industrial da cidade, gerando muitas oportunidades de empregos para a população. Com isso, a cidade passava a se desenvolver e expandir-se no entorno da fábrica. O grupo escolar construído no terreno em frente a fábrica beneficiaria também aos filhos de seus trabalhadores. De acordo com Lira (2003), após a demolição do prédio do antigo GE da praça do Rosário, os alunos foram transferidos para as novas instalações existentes até os dias atuais. Na fotografia (Figura 5), é possível ver a população local que se reuniu em frente ao edifício para prestigiar a inauguração do mais novo grupo escolar da cidade.

Figura 5: GE Professor Vicente Monteiro 1945



Fonte: CEPED / FAFICA (2024).

O edifício é considerado um dos mais antigos da cidade, como indicam os jornais e Lira (2003). Até a década de 1950, “[...] só havia duas escolas com prédios públicos no espaço urbano: o Grupo Escolar Vicente Monteiro da Silva, próximo ao centro da cidade e a escola Artesanal Dom Miguel de Lima Valverde, no Vassoural” (Lira, 2003, p. 67).

Figura 6: GE Professor Vicente Monteiro (Atual)



Fonte: Arquivo pessoal (2026).

Através dessas fotografias é possível identificar que parte da arquitetura original do prédio ainda se mantém preservada, como é o caso do arco da porta registrado no dia da sua inauguração e que se mantém até os dias atuais (Figura 6).

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite compreender o papel desempenhado pelo GE Joaquim Nabuco no conjunto das transformações vividas pela cidade na primeira metade do século XX. Diferentemente das antigas escolas isoladas, compostas por uma única cadeira, os Grupos Escolares possuíam uma organização pedagógica e uma estrutura administrativa mais formalizadas. Essa configuração pode ser observada nas constantes nomeações de professores, diretores, zeladores e outros profissionais que integravam a administração desses estabelecimentos de ensino.

A escassez de fontes não permite afirmar com precisão as razões que levaram à demolição do Grupo Escolar Joaquim Nabuco e à venda do terreno para a construção de um posto de lubrificação. Entretanto, os vestígios encontrados em jornais locais sugerem algumas hipóteses, como o processo de modernização urbana da cidade, aliado à expansão demográfica, que teria levado à necessidade de ampliar a oferta de vagas.

Ao longo de 23 anos de funcionamento, o GE Joaquim Nabuco foi um marco na região, simbolizando o projeto de educação pública no espaço central da cidade. Nesse período, o GE foi fundamental tanto para a modernização do sistema educativo quanto para a expansão do ensino público no município.

Além disso, destaca-se a atuação da professora Sinhazinha como a primeira vereadora do município, representando um marco para a participação feminina no Legislativo municipal.

Espera-se que esta investigação possa contribuir para os estudos sobre os grupos escolares e a expansão da escola primária em Pernambuco, bem como para o avanço do conhecimento sobre a História da Educação brasileira.

Referências

A Defesa. (1945, 15 de julho). A Defesa, p. 1.

Arantes, A. S. (2014). *Processos de racionalização nas escolas primárias pernambucanas (1911–1945)* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba].

Arantes, A. S. (2019). Grupo Escolar João Barbalho: Espaço de divulgação de uma educação nos moldes higiênicos (Pernambuco, 1922–1931). *Cadernos de História da Educação*, 18(3), 601–620. <https://doi.org/10.14393/che-v18n3-2019-2>

Ávila, V. P. da S. de. (2015). Uma questão antiga: Vozes em prol do ensino rural na passagem do século XIX para o XX. *Studium Educationis – Rivista quadrimestrale per le professioni educative*, 16(2). <https://ojs.pensamultimedia.it/index.php/studium/article/view/2200>

Ávila, V. P. da S. de, & Souza, R. F. de. (2014). As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931–1947). *Revista História da Educação*, 18(43), 13–32. <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/39553>

Brasil. (1971). *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971: Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm

Carvalho, M. M. C. de. (1989). *A escola e a República*. Brasiliense.

D'Assunção Barros, J. (2020). Fontes históricas: Uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador e à sua variedade de tipos. *Cadernos do Tempo Presente*, 11(2), 3–26. <https://doi.org/10.33662/ctp.v11i02.15006>

D'Assunção Barros, J. (2021). Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: Uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, 52, 397–419. https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_17

Ermel, T. de F. (2025). Colégio Elementar Paula Soares. In D. B. Almeida et al. (Orgs.), *Caminhos da educação em Porto Alegre: Entre o consagrado e o esquecido* (pp. 76–81). Pimenta Cultural.

Faria Filho, L. M., & Vidal, D. G. (2000). Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 14, 19–34. <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rjhxfpJQ97LDYVJxkXybbD/abstract/?lang=pt>

Ferreira, J. E., & Miranda, E. L. (2012). *O ensino em Caruaru: Do final do século XVII ao final do século XIX*. Edições FAFICA.

Instrução pública estadual: Convite. (1929, 30 de novembro). *Jornal de Caruaru*, p. 1.

Kossoy, B. (2007). *Os tempos da fotografia: O efêmero e o perpétuo*. Ateliê Editorial.

Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Editora da Unicamp.

Lima, K. (2016, 17 de maio). Após 52 anos, demolição da Catedral de Caruaru ainda gera divergências. *G1 Caruaru e Região*. <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2016/05/apos-52-anos-demolicao-da-catedral-de-caruaru-ainda-gera-divergencias.html>

Lira, S. M. de. (2003). *A organização territorial das escolas públicas em Caruaru: Entre a modernização, o clientelismo e a construção do espaço do cidadão* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].

Magalhães, J. (2004). *Tecendo nexos: História das instituições educativas*. Editora Universitária São Francisco.

Mobiliário. (1929, 17 de março). *Diário de Pernambuco*, p. 4.

Nunes, M. L. da S., Machado, C. J. dos S., & Sousa, D. S. da S. (2021). Ensinar as creanças é o sacerdócio que conduz ao bem: Educação, docência e escola no jornal *O Educador* (1921–1922). *Educação & Formação*, 6(1), e1485. <https://doi.org/10.25053/redufor.v6i1.1485>

O Dr. Governador do Estado. (1922, 12 de maio). *Jornal do Recife*, p. 1.

Pernambuco. (1927). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado* (2ª ed.).

Pernambuco. (1940). *Anuário estatístico de Pernambuco: 1939–1940*. Governo do Estado de Pernambuco.

Saviani, D. (2008). *História das ideias pedagógicas no Brasil* (2ª ed.). Autores Associados.

Souza, R. F. de. (1998). *Templos de civilização: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890–1910)*. Editora da UNESP.

Sr. secretário geral do estado: Foram assinadas as seguintes portarias. (1945, 7 de fevereiro). *Diário de Pernambuco*, p. 4.

Contribuições de Autores

Renata Barbosa Ferreira Neto: Investigação. Curadoria dos dados. Conceituação; Metodologia; Redação - revisão e edição final.

Virgínia Pereira da Silva de Ávila: Análise formal; Redação - revisão e edição final. Obtenção de financiamento.

Uso de Inteligência Artificial (IA)

Ferramenta	Finalidade	Etapas da pesquisa
ChatGPT (OpenAI)	Apoio na revisão linguística e organização textual	Redação e revisão

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco – FACEPE, por meio do projeto “Utilização de Recursos de Acessibilidade Digital na Preservação e Disseminação do Patrimônio Educativo em Instituições de Ensino em Pernambuco”, aprovado pelo Edital Helen Khoury: Apoio à Difusão e à Popularização da Ciência - 22/2025.

Notas

¹ Reformulou o sistema educacional brasileiro ao unificar o ensino primário e o ginásio em um único ciclo, denominado 1º grau, de caráter obrigatório, e ao instituir o 2º grau profissionalizante, com o objetivo de formar mão de obra para o mercado de trabalho e ampliar o acesso à educação básica.